



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

1
2
3
4
5

1
2
3
4
5
6
7

Ata da **sessão ordinária** do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão, realizada no dia **vinte e nove de setembro de dois mil e dezesseis**, às **dez horas**.

8 **1 – Local e data:** Procuradoria Geral de Justiça, aos vinte e nove dias do mês de 9 setembro de dois mil e dezesseis, às dez horas. //

10 **2 – Presidência:** *Luiz Gonzaga Martins Coelho*, Procurador-Geral de Justiça. //

11 **3 – Procuradores de Justiça presentes:** *Regina Lúcia de Almeida Rocha, Maria dos*
12 *Remédios Figueiredo Serra, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, Iracy Martins Figueiredo*
13 *Aguiar, Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes, Lígia Maria da Silva Cavalcanti,*
14 *Krishnamurti Lopes Mendes França, Raimundo Nonato de Carvalho Filho, José*
15 *Henrique Marques Moreira, Domingas de Jesus Fróz Gomes, Clodenilza Ribeiro*
16 *Ferreira, Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro, Flávia Tereza de Viveiros Vieira,*
17 *Teodoro Peres Neto, Sâmara Ascar Sauaia, Themis Maria Pacheco de Carvalho, Maria*
18 *Luíza Ribeiro Martins, Mariléa Campos dos Santos Costa, Eduardo Daniel Pereira*
19 *Filho e Carlos Jorge Avelar Silva.* Ausências justificadas nos termos da certidão emitida
20 pela Coordenadoria de Recebimento e Distribuição de Processos, no dia 27 de setembro
21 de 2016, dos Procuradores de Justiça: Drs. *Marco Antonio Anchieta Guerreiro e Regina*
22 *Maria da Costa Leite*, que estão representando o Ministério Público nas sessões do
23 Tribunal de Justiça, e *José Antonio Oliveira Bents, Selene Coelho de Lacerda,*
24 *Francisco das Chagas Barros de Sousa e Paulo Roberto Saldanha Ribeiro* que estão de
25 férias ou licença, bem como os Procuradores de Justiça Drs. *Joaquim Henrique de*
26 *Carvalho Filho, Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf, Maria de Fátima Rodrigues*
27 *Travassos Cordeiro, Suvamy Vivekananda* Meireles e Rita de Cassia Maia Baptista*
28 *Moreira* que encaminharam a Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça ofícios e
29 atestado justificando a ausência da presente sessão. Constatando o *quorum* legal o
30 senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. //

31 **1 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES DOS DIAS 28/07 e**
32 **25/08/2016.** Aprovadas, por unanimidade, sem ressalvas. //

6
7

1



1
2
3
4
5

1 O Senhor Presidente fez a leitura da pauta da sessão ordinária, em seguida passou um
2 vídeo inspirado nas paraolimpíadas para reflexão, enfatizando que não devemos
3 desanimar diante das dificuldades, que não podemos é nos deixar derrotar pelas
4 dificuldades e sempre ter Deus no coração e nas nossas vidas. //////////////////////////////////////
5 O Procurador de Justiça Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho fazendo o uso da
6 palavra cumprimentou todos os presentes, informou que o processo de sua relatoria que
7 trata da criação de cargos retornou das diligências, e que em razão de ter férias
8 marcadas para o dia 10 de outubro do corrente ano, quer saber se tem como convocar
9 uma sessão extraordinária para apreciação do processo, ou, caso não seja possível
10 poderá declinar da relatoria. Após as manifestações do membros do Colegiado, ficou
11 deliberado, por unanimidade, a realização da sessão extraordinária no dia 06 de outubro
12 de 2016, às dez horas. //////////////////////////////////////

13 2 – PROCESSO PARA APRECIACÃO

14 2.1 – **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6502AD/2015 – volume 2.** Interessado:
15 Procuradoria Geral de Justiça. Assunto: LOA 2017. Anunciado o processo que trata da
16 proposta orçamentária do Ministério Público para 2017, o Senhor Presidente concedeu a
17 palavra ao Promotor de Justiça Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares, Diretor-
18 Geral da Procuradoria Geral de Justiça, para apresentação da referida Proposta
19 Orçamentária. Em sua apresentação, o Dr. Emmanuel fez uma demonstração em slides
20 da evolução do Ministério Público nos anos anteriores, destacando a posição do
21 Ministério Público maranhense no contexto nacional em números de sedes próprias,
22 equipamentos tecnológicos de uso diário pela instituição, bem como dados estatísticos
23 com relação ao número de servidores efetivos do quadro de apoio técnico-
24 administrativo que foi criado nos últimos anos. O Dr. Emmanuel informou que o
25 orçamento foi elaborado dentro dos limites propostos pelo Executivo, sendo que a
26 previsão orçamentária para 2017 é de R\$ 354.346.788,00 (Trezentos e cinquenta e
27 quatro milhões, trezentos e quarenta e seis mil, setecentos e oitenta e oito reais),
28 distribuídos da seguinte forma: pessoal e encargos – R\$ 244.898.257,00 (Duzentos e
29 quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta e sete
30 reais); outras despesas de custeio – R\$ 55.722.531,00 (cinquenta e cinco milhões,
31 setecentos e vinte e dois mil, quinhentos e trinta e um reais); investimentos – R\$
32 53.726.000,00 (cinquenta e três milhões, setecentos e vinte e seis mil reais). Em seguida

6
7



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

1
2
3
4
5

1 o Senhor Presidente agradeceu ao Dr. Emmanuel pela apresentação, momento em que
2 fez uma breve explanação acerca da evolução do Ministério Público, sendo que é
3 importante sabermos que o Ministério Público do Maranhão está crescendo, que apesar
4 de sermos o quarto em recurso no Nordeste conforme dados do Conselho Nacional do
5 Ministério Público, estamos com índices melhores com relação as estruturas de prédios
6 próprios, tecnologia com máquinas mais novas e modernas, e isso não é algo que possa
7 ser atribuído a uma só pessoa, mas a todos que tiveram a oportunidade de gerir o
8 Ministério Público, deram a seu modo e forma a contribuição necessária para que
9 tenhamos uma instituição forte e respeitada. Em seguida, o Senhor Presidente colocou
10 em discussão, perguntando se havia alguma dúvida ou necessidade de algum
11 esclarecimento, colocando em votação, resultando, por votação unânime, na aprovação
12 da proposta orçamentária para 2017. //

13 **2.1 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5089AD/2012.** Interessado: Procuradoria
14 Geral de Justiça. Assunto: Minuta de Resolução que dispõe sobre a organização do
15 Ministério Público Estadual de segundo grau, a distribuição de atribuições aos seus
16 órgãos de execução, define critérios para as substituições dos Procuradores de Justiça, e
17 dá outras providências. Relatores: Procuradores de Justiça Drs. Eduardo Jorge Hiluy
18 Nicolau e Sâmara Ascar Sauaia. Anunciado o processo pelo Senhor Presidente foi
19 concedida a palavra aos Procuradores de Justiça relatores: Dr. Eduardo Jorge Hiluy
20 Nicolau, área criminal, que procedeu a leitura do voto opinando pelo não acolhimento
21 da Resolução de autoria do Dr. José Henrique Marques Moreira, que dispõe sobre a
22 organização do Ministério Público Estadual de segundo grau. E com relação a
23 desproporção do número de Procuradores com atribuições perante a 5ª Câmara Cível do
24 TJMA, já que em número de 3; enquanto as demais são 4, este Procurador de Justiça
25 sugere a criação de mais um cargo de Procurador. Em seguida, a Dra. Sâmara Ascar
26 Sauaia, área Cível, procedeu a leitura do voto para que se adote uma das soluções
27 apontadas acima, ou qualquer outra alcançada pelo consenso, pugnando desde logo pala
28 adoção da medida urgente acima descrita. Em seguida o Senhor Presidente passou a
29 palavra ao Dr. José Henrique Marques Moreira que fez uma explanação acerca do
30 conteúdo da proposta de Resolução, apresentando um estudo detalhado do quantitativo
31 de processos distribuídos no ano de 2015, nas Câmaras Cíveis, Criminais e Reunidas.
32 Em seguida o senhor Presidente falou da necessidade de buscar uma solução para a

6
7

"2016 – O Ministério Público em movimento: reavaliando e transformando ações."



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

1
2
3
4
5

1 segunda instância, pois o Conselho Nacional do Ministério Público está cobrando de
2 forma rigorosa e o prazo concedido expira amanhã, dia 30 de outubro de 2016,
3 colocando em discussão a matéria nos termos do artigo 17 do Regimento Interno do
4 Colégio de Procuradores de Justiça, passando a palavra aos Procuradores de Justiça por
5 ordem de inscrição, por três (3) minutos. //////////////////////////////////////
6 O Procurador de Justiça Dr. Teodoro Peres Neto que em sua manifestação ratificou o
7 voto da Procuradora de Justiça relatora Dra. Sâmara Ascar Sauaia e que acha muito
8 difícil uma solução, por ser uma matéria muito complexa. //////////////////////////////////////
9 A Procuradora de Justiça Dra. Themis Maria Pacheco de Carvalho que inicialmente
10 falou que esse problema foi criado pelo Ministério Público ao criar e prover de forma
11 açodada os cargos de Procuradores de Justiça para atuar junto ao Tribunal de Alçada,
12 momento em que se manifestado ser contra a criação de novo cargo de Procurador de
13 Justiça, posto que não seria só o cargo de Procurador de Justiça, mas todo uma estrutura
14 para formação de um gabinete, passando em seguida a expôr os argumentos
15 discordando da proposta apresentada pelo Procurador de Justiça Dr. José Henrique
16 Marques Moreira. //////////////////////////////////////
17 O Procurador de Justiça Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho falou da importância e
18 relevância da matéria que está sendo discutido, destacando o trabalho do Dr. José
19 Henrique Marques Moreira na elaboração da proposta, apresentando um proposta para
20 dar atribuições de especializadas as outras Procuradoria de Justiça com atuação junto a
21 Primeira, Segunda e Terceira Câmaras Cíveis, propondo que fosse criada mais uma
22 Turma, ou seja, ficando seis (6) Turmas com três (3) Procuradores de Justiça e uma (1)
23 Procuradoria de Justiça Especializada em Recursos, e o Procurador de Justiça poderia
24 atuar em qualquer Câmara, e que face a necessidade de se retirar propõe o adiamento da
25 votação face a grande ausência de Procuradores de Justiça do Cível que estão de férias. /
26 O Procurador de Justiça Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau falou que seu parecer foi pelo
27 não conhecimento da proposta, porque nas Câmaras Criminais é diferente do Cível, pois
28 os Procuradores de Justiça atuam em todos os processos e se necessário recorrem aos
29 Tribunais Superiores, que como Procuradores de Justiça com atuação no área criminal
30 não tem como opinar na área cível. //////////////////////////////////////
31 A Procuradora de Justiça Dra. Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro propôs que
32 ficassem quatro Procuradores de Justiça em cada Turma, desvinculando do Tribunal de

6
7



1
2
3
4
5

1 Justiça, e os outros três Procuradores de Justiça iriam compor a Especializada que
2 ficaria com recursos constitucionais que esvaziaria as outras Procuradorias de Justiça. ///
3 O Procurador de Justiça Dr. José Henrique Marques Moreira fez uso da palavras para
4 fazer alguns esclarecimentos acerca das discussões da matéria, e que o momento é para
5 organização da segunda instância que não está organizada. //////////////////////////////////////
6 A Procuradora de Justiça Dra. Mariléa Campos dos Santos Costa falou que é necessário
7 buscar uma solução, pois a situação é grave por falta de uma regulamentação. //////////////////////////////////
8 O Procurador de Justiça Dr. Carlos Jorge Avelar Silva em seus argumentos vê na
9 proposta pelo Dr. José Henrique vai nos dar maior capacidade para combater os atos de
10 improbidade administrativa, pois a medida que temos Procuradorias de Justiça
11 Especializadas fica mais fácil de atuar no combate a improbidade, atuando com mais
12 eficácia nas questões de interesses difusos e coletivos, e que deve ser buscada uma
13 solução definitiva e não paliativa as questões da segunda instância. //////////////////////////////////////
14 Em seguida o Senhor Presidente fez breves considerações, enfatizando que o prazo dado
15 pelo Conselho Nacional do Ministério Público para regulamentação da matéria termina
16 manhã, 30 de setembro de 2016, e que face a proposição do Dr. Raimundo Nonato de
17 Carvalho Filho e se todos concordarem, fica adiada a votação para a próxima sessão.
18 Posto em votação, foi deliberado, por unanimidade, pelo adiamento da votação para a
19 próxima sessão ordinária, face as sugestões e propostas que surgiram no decorrer das
20 discussões e tendo em vista a ausência justificada de alguns Procuradores de Justiça
21 com atuação no Cível, e que os Procuradores de Justiça da área cível possam se reunir
22 para buscar uma solução para os problemas e que apresentem na próxima sessão. //////////////////////////////////

23 3 – ASSUNTOS DIVERSOS

24 O Procurador de Justiça Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau falou sobre o plantão da
25 segunda instância, que face as eleições municipais que irão acontecer no final de
26 semana, seja baixado ato do Procurador-Geral de Justiça fixando a escala de plantão da
27 segunda instancia, colocando por ordem de antiguidade, com a aprovação unânime do
28 Colégio de Procuradores de Justiça. //////////////////////////////////////
29 O senhor Presidente informou que determinou deflagar uma processo para que no dia
30 nacional do Ministério Público seja criado a galeria dos ex-Presidentes do Colégio de
31 Procuradores de Justiça, uma experiência que presenciou no Ministério Público do
32 Amapá, assim como dos membros do Conselho Superior do Ministério Público. A

6
7



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

1
2
3
4
5

1 Procuradora de Justiça Dra. Themis Pacheco manifestou-se contrária a criação da
2 galeria por ser um culto a personalidade, e que não temos que personificar a
3 administração do Ministério Público. //////////////////////////////////////
4 Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrado o presente termo que, após lido,
5 discutido e aprovado será assinado por quem de direito. Eu, **Flávia Tereza de Viveiros**
6 **Vieira**, *Flávia Tereza de Viveiros Vieira*, Procuradora de Justiça, secretária
7 do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a respectiva ata.

6
7